Conselho Municipal de Juventude de Leiria

Ata do Conselho Municipal de Juventude de Leiria

Reunião Plenário de 15 de junho de 2021

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, na plataforma digital google teams, pelas dezanove horas e vinte minutos, realizou-se o décimo nono plenário do Conselho Municipal de Juventude, sob a presidência do Vereador do Pelouro do Desporto e Juventude, Dr. Carlos Palheira, por delegação do Presidente da Câmara Municipal. ----------

A reunião teve a seguinte Ordem de trabalhos: ----------

Ponto 1 – Leitura e Aprovação da Ata do plenário anterior. ----------

Ponto 2 – Encontro Nacional de CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE'S – resultados, informações e projetos ----------

Ponto 3 – Comissão permanente do CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE Leiria ----------

Ponto 4 – Orçamento participativo Jovem 2021 ----------

Ponto 5 – Outros assuntos ----------

A reunião iniciou com a presença de Catarina Rodrigues do Académico de Leiria, Sandra Santos da ACDPPP, Bruno Cardoso da AJAP, Ana Ferreira da Agrupamento de Escolas Henrique Sommer, Ana Isabel Gomes do Agrupamento 877, Ana Marques do Agrupamento 1136, Ana Rodrigues da ACJ, Bruno Mendes Agrupamento 127, Célia Caseira do IPDJ, Flavia Sousa da Collipo, Dario Joaquim da JP, João Agonia da AMJAL, Joel Rodrigues da AESTG, Jorge Varela do Politécnico de Leiria, Jorge Silva da PIGS ON SPTAIDE, Noémia Narciso da CPCJ, Luís Pinto da FAJDL, Rafael Marques do Agrupamento 1041, Sofia Gualdino do CNE, Dra Sofia Pereira do Município de Leiria, Tânia Brites do agrupamento 1136.----------

O Sr. Vereador iniciou a reunião com um **pedido de alteração à ordem de trabalhos para apresentação do ponto 4 Orçamento Participativo Jovem**. Ninguém se opôs à alteração, pelo que, a dra. Sofia Pereira, depois de cumprimentar todo os presentes referiu que o Município está a promover o orçamento participativo de 2021, e solicitou a colaboração do Conselho Municipal da Juventude e dos seus representantes para apresentação de propostas para apresentação de propostas na tipologia Jovem do Orçamento Participativo Municipal. Informou o plenário que os projeto deverão ser apresentados por jovens que, no mínimo, frequentem o ensino secundário e tenham até 25 anos, e que nesta rúbrica, o Município irá disponibilizar 157.600,23€ para projetos de juventude, que equivale a 25% do Orçamento Participativo para 2021. Informou também, que as propostas terão de ser registadas numa plataforma. Joel Rodrigues questionou se os estudantes, do ensino superior, também poderiam apresentar propostas, ao que foi respondido que sim, desde que não tivessem mais de 25 anos. Dario Joaquim, da JP, ressalvou a importância do Orçamento Participativo Jovem e referiu que na edição anterior não houve qualquer

apresentação de projetos nesta tipologia e que por isso parabeniza o Município pelo reforço de divulgação. Dra Sofia Pereira respondeu informando que foram contactadas as Associações de estudantes dos vários estabelecimentos de ensino no sentido de poderem fazerem alguma divulgação junto dos alunos, e que, ainda não receberam quaisquer propostas. Flávia Sousa interveio para perguntar em que se baseou o orçamento participativo para se definir o limite de idade dos 25 anos de idade, disse que gostaria de fazer algumas propostas, mas não o poderá fazer, uma vez que tem 29 anos. Salientou que, em todo os documentos nacionais e europeus da área da juventude, a condição de jovem vai até aos 30 anos e que para alguns programas até vão aos 35 e por isso considere negativo este limite. Dra. Sofia Pereira respondeu que está em decorrer um período de elaboração do regulamento do orçamento participativo e que poderão ser feitas algumas alterações, pelo que, registou a sugestão. Dr. Carlos Palheira, informou o plenário que o regulamento foi discutido e trabalhado na Assembleia Municipal entre todos os grupos que têm assento na Assembleia Municipal de Leiria, onde foram criados consensos sobre as regras da edição de 2021. Por fim a Dra. Sofia ficou de enviar a apresentação do orçamento participativo para que haja mais promoção por parte dos presentes nos meios digitais que gerem. ----------

Entretanto entrou na sala o Sr. Mário Catarino da Escola Francisco Rodrigues Lobo. O Sr. Vereador retomou de novo a ordem trabalhos pelo **primeiro ponto da ordem de trabalhos, Leitura e Aprovação da Ata do plenário anterior**, o Sr. Vereador salientou que a ata já se encontrava no "website" da Câmara Municipal de Leiria, tendo questionado os presentes da necessidade de proceder à sua leitura, pelo que ninguém se pronunciou. Passou-se então para a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 6 abstenções.

Passando para o **ponto dois da ordem de trabalhos; Encontro Nacional de Conselhos Municipais de juventude**, Sofia Gualdino iniciou a sua intervenção, referindo que foram dois dias interessantes, que rodaram por várias salas/grupos, e foram debatidas questões pertinentes para o Conselho Municipal da Juventude de Leiria. As conclusões e propostas foram enviadas numa "carta A3" para todos os municípios, e que o evento foi muito importante para perceber as diferenças entre conselhos no país, quer nos regulamentos, quer nas formas diferentes de participação jovem, quer nas orgânicas dos municípios no que respeita à gestão do pelouro da juventude. Dario Joaquim acrescentou, que os problemas que noutros concelhos existem são semelhantes aos que se notam em Leiria, ou seja, uma ausência de cooperação entre órgãos e falta de participação dos jovens. Concluiu, dizendo que a Flávia irá apresentar as conclusões do grupo que se encerra na constituição de uma comissão permanente que já está prevista em regulamento do conselho municipal da juventude de Leiria, e que o mesmo não percebe como é que ainda não tenha sido criada. O sr. Vereador solicitou então que a Flavia Sousa pudesse fazer a apresentação e passou para o **ponto três da ordem de trabalhos, Comissão Permanente do CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE Leiria**. Flavia Sousa fez uma apresentação sobre o trabalho desenvolvido em conjunto com a Sofia, Dario e a Joana desde o dia 24 de abril e começou por dizer que a base desse trabalho foi a leitura de

toda regulamentação do Conselho Municipal da Juventude de Leiria, bem como os requisitos legais aplicados aos Conselho Municipal da Juventude a nível nacional. Referiu que seria de especial importância a constituição de uma comissão permanente no Conselho Municipal da Juventude de Leiria. Deu início à apresentação do contexto do atual Conselho Municipal em Leiria, dizendo que em primeiro lugar há uma baixa assiduidade das associações, nas reuniões do conselho, e que somente 50 % das associações estão representadas. Que existe uma falta de cooperação entre entidades, sendo que cada associação tem uma atuação singular na sua atuação, e que o Conselho Municipal da Juventude é um órgão meramente informativo, no qual o município informa o que está ou pretende fazer e as associações informam igualmente quais são os seus projetos e intenções de plano. Referiu também, que existem vários momentos explanativos de mera informação e não se usam os recursos presentes no conselho municipal da juventude para debater e delinear estratégias sobre a política municipal de juventude. Continuou dizendo, que o orçamento anual, afeto à juventude, é focado somente em atividades, é um aglomerado de atividades do município e das associações que compõem o Conselho Municipal da Juventude e que não permite delinear estratégias sobre políticas de juventude locais. Salientou que o processo de entrada no Conselho Municipal da Juventude é demasiado burocratizado, que se exige demasiada documentação e isso cria, nos jovens, um afastamento e desmotivação à participação. Disse que a falta de recursos humanos no município, afetos à área da juventude, gera poucas oportunidades de criar ou inovar, no que toca a ações na área da juventude. De seguida começou por apresentar o que poderá ser a comissão permanente do Conselho Municipal da Juventude de Leiria, e tomou por base as possibilidades já identificadas em regulamento e no regimento do Conselho Municipal da Juventude de Leiria. Por fim lançou para o debate a definição de outras competências que a comissão poderá ter, e referiu de imediato algumas como: a duração de mandato, a criação de uma base de dados dos recursos Humanos e logísticos existentes no Conselho Municipal da Juventude para poder usufruir e partilhar nas atividades das varias associações, manter a politica de juventude ativa e solicitar, de quando em vez, "contas" ao município do que é definido em Conselho Municipal da Juventude e também aliviar os recursos humanos municipais. O Sr. Vereador questionou o plenário se alguém tinha algum esclarecimento ou dúvida, Bruno Mendes referiu que, no que respeita ao mandato, o mesmo, não poderá ser inferior a dois anos e que a criação da base de dados é uma mais-valia para o associativismo. Dario Joaquim interveio para manifestar que o mandato deverá ser dois anos e que a base dados é essencial ser feita, e, ainda referiu, que a comissão deverá ficar com alguma capacidade de atuação tendo em consideração a manifesta incapacidade de concretização de atividades por parte do município. Por fim referiu que o que o que tinha entristecido no encontro foi a ausência do Vereador no encontro nacional de conselhos municipais de juventude, e, pelo facto de não se feito representar. O Sr. Vereador interveio de imediato para salvaguardar que o facto de não ter estado presente se deveu ao facto de termos tido, em Leiria, a comitiva do ACES Europa, para atribuição do galardão de

Cidade Europeia do Desporto que decorreu no mesmo período impedindo-o, e ao seu adjunto, de estarem presentes, dada a programação desportiva criada para esse fim de semana. Por outro lado, referiu que, apesar de ser pertinente a criação da base de dados, que foram criadas condições de valorização de projetos em rede nos critérios do PRO para premiar isso mesmo e a partilha dos recursos existentes. Referiu também, que tem havido esforço de reforços de verbas alocadas à área da juventude para que as atividades das associações possam ser potenciadas. João Fonseca interveio para referir que no que respeita ao mandato da comissão, deve haver uma ressalva de que os seus membros poderão não conseguir assegurar o mesmo na integra, pelo que deverá haver uma forma de poder substituir alguns membros. Por outro lado propôs a criação de um grupo de trabalho para desenvolver um documento que possa servir de base para a definição das competências da futura comissão, e, que o mesmo possa ser distribuído pelos membro do conselho para discussão e votação. O sr. Vereador propôs, fazer-se uma reunião única para discussão das competências, representatividade, mandato, entre outros temas sobre o assunto, e que as associações ficariam em pensar sobre o assunto e agendar-se-ia uma reunião especifica para o efeito. Bruno Mendes interveio no sentido de se propor uma data concreta para o efeito. O Sr. Vereador propôs que esse momento fosse no dia vinte dois de julho de 2021 pelas dezanove horas, no auditório do Estádio Municipal, em regime presencial. Todo os presentes concordaram. No fim propôs-se realizar uma reunião no município a fim de preparar um draft do documento base sobre a comissão permanente, a enviar as associações, para que se possam receber contributos e sugestões de melhoria.----------

No **último ponto da ordem de trabalhos – Outros Assuntos**, João Fonseca fez um ponto de situação do PRO LEIRIA de 2020 e 2021, e referiu que, de 2020, ainda se encontram por fechar dez apoios a associações juvenis, nomeadamente: Agrupamentos 762 e 1198, ACDPPP, FAJDL, AJAP, AMJAL, ASL, ACJ, CEL, AJPH. Nenhuma das associações mencionadas ainda entregou os anexos IV para desbloqueio de verbas da última tranche, referente a 40% dos apoios concedidos em 2020. Relativamente a 2021, foi dito ainda, que praticamente todas as associações tem contratos programa emitidos estando em fase de assinatura e devolução para desbloqueio da primeira tranche de 30% dos apoios concedidos. Houve ainda lugar a dois pedidos de estorno por parte do CEL e PIGS ON SPTAIDE relativos ao plano de 2021 por razoes de não concretização das atividades propostas. Por fim foram dadas informações sobre os pedidos de apoio de material informático por parte de algumas associações, alertando os presentes para o facto de as impressoras e multifunções e discos externos não serão contemplados, tendo em conta que não haver enquadramento definido nos critérios do PRO LEIRIA. A atribuição de um apoio de 750 euros para aquisição de software ou hardware seria para, que as associações, pudessem conectar-se à distância com os seus associados, pudessem apostar em atividades digitais e haver contacto por essa via ao município. Por isso priorizaram-se os apoios a computadores, camaras, microfones, ligações de Internet, entre outros, que permitam essa conectividade. Buno Mendes Interveio dizendo que não concorda que as impressoras e os

discos externos fiquem excluídos, já que são muito importantes, e que por outro lado, não terá de imprimir ou guardar a informação da associação no seu computador em sua casa. De seguida, fez referência que tinha recebido por parte do município indicações de que teriam de entregues faturas pró-forma para aquisição de equipamentos. O sr. Vereador relembrou que a verba inscrita na rubrica, seria para caberem os equipamentos mínimos para que as associações pudessem estar digitalmente conectadas nestes períodos de pandemia e promovessem este tipo de encontros. Assegurou, que no futuro, poderá haver lugar a outro tipo de apoios, nomeadamente os equipamentos que tinham sido referidos pelo Bruno Mendes. João Fonseca respondeu que poderão ser enviados orçamentos, e, que os pedidos serão decididos entretanto. Solicitou no final, às duas associações que tem contratos de 2021 ainda por entregar, os mesmos assinados e questionou se teriam forma de assegurar a data de entrega dos mesmos. Solicitou aos agrupamentos de escuteiros, que sempre que sempre que entreguem faturas com o NIF do CNE o façam com o nome do agrupamento, uma vez que a financeira não aceita as faturas sem essa referência. Bruno Mendes voltou a intervir, dizendo que existem softwares de faturação que não permitem que isso de faça, e apelou a que se possa colocar o nome manualmente. Ficou decidido que assim seria sempre que não houvesse outra forma de resolução. ----------

A reunião terminou pelas vinte e uma horas e quinze minutos. ----------

A lista de presenças não estará anexa à presente ata atendendo ter sido realizada digitalmente. ----------

O Presidente da Mesa do Plenário

Carlos Palheira

O Secretário da Mesa

Dário Joaquim